
EDITORIAL

Encontra-se em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) a *Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior* (<http://www.mec.gov.br/cne>). Neste texto, procura-se traçar um perfil do que seriam os cursos de formação inicial de professores, numa tentativa de direcioná-los para atenderem às demandas colocadas, em nível de formação profissional, pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares para os Ensino Fundamental e Médio.

No entanto, uma questão que deve ser respondida *a priori* é: o que é ser professor?

A pergunta acima tem um caráter ontológico e não funcional. Queremos encontrar as características que definem alguém como professor e não o que um professor faz. Se perguntarmos o que é um médico, diríamos que é alguém que conhece a fisiologia humana, que domina a farmacologia e conhece os sintomas das doenças. Alguém com este perfil seria um médico. Mas, e o professor, o que o define?

Para respondermos à pergunta devemos saber dizer quais os conhecimentos e habilidades que fazem de alguém um professor. Podemos identificar duas correntes que apontam caminhos para a resposta da pergunta que nos propusemos acima. A primeira diz que é impossível definir um conjunto de conhecimentos e habilidades de modo a definir o que é ser professor, uma vez que esta seria uma atividade artesanal, com cada situação concreta enfrentada exigindo uma solução específica e não generalizável. Por outro lado, há uma outra corrente que defende a possibilidade de sistematizar o conhecimento necessário para este fim e criar uma Teoria do Ensino, e é nessa linha que o texto do CNE caminha.

Aqui cabe uma analogia entre o professor e um juiz. Enquanto o último possui um corpo sistematizado de leis que orientam a sua atuação em cursos de formação onde ele se apropria deste corpo de leis, aquele não possui nada de parecido. E onde buscar este conjunto de leis? Teoricamente, esse conjunto de leis deveria ser fornecido pela pesquisa em Ensino. No entanto, o que observamos é uma pobre transferência dos conhecimentos obtidos a partir da pesquisa em Ensino para a sala de aula. As razões são várias e a sua discussão não cabe no espaço deste editorial. Contudo, para que essa transferência possa acontecer, seriam necessárias duas ações: primeiro, um processo de sistematização cuidadoso de todos os resultados que já foram obtidos, visando a construção do que seria uma Teoria do Ensino e, segundo, a incorporação desses assuntos nas disciplinas dos cursos de formação de professores.

A segunda destas tarefas talvez seja a mais difícil. Em um país onde a preocupação com a Educação não passa de recurso retórico e a formação de professores ocupa um papel secundário, a incorporação de novos conteúdos ao currículo dos cursos

de formação de professores e a sua necessária reestruturação, com o aumento de carga horária e necessidade de aumento do número de docentes, bem como com a necessidade de reaparelhamento nesses cursos, coloca problemas orçamentários que exigem o estabelecimento de verdadeiras prioridades por parte do administrador público. O perfil do profissional desejado, de modo a atender o que as Diretrizes do CNE exigem dos cursos de formação de professores, engloba conhecimentos específicos da sua disciplina e desta Teoria de Ensino em construção, além, é claro, de conhecimentos de outras áreas, como Psicologia, Sociologia, Antropologia, etc. (é interessante que em cursos de formação de professores para a Educação Básica não exista uma disciplina específica de Psicologia da Infância e da Adolescência). E isto vai muito além das 3200 horas para os cursos de formação de professores apontadas na proposta em discussão, as quais, de fato, acrescentam apenas 500 horas em relação ao que a maioria dos cursos já faz hoje.

Outro ponto a considerar é o fato de que os alunos que entram nos cursos de formação de professores são, normalmente, egressos das camadas mais pobres da população, que ainda veem na carreira docente uma forma de ascensão social, mesmo com os baixos salários sendo a regra no meio educacional. Isto faz com que a desistência nesses cursos seja alta, com poucos formandos em relação aos ingressantes. A busca de formas de manutenção desses estudantes é uma tarefa que deve ser executada, sem a qual os cursos de formação de professores não conseguirão atingir os seus objetivos e capacitar pessoas em número suficiente para atender às demandas colocadas pela sociedade, sobretudo no Ensino Médio. Talvez uma forma de contornar este problema seria a alocação de bolsas de estudos a esses estudantes, naturalmente condicionadas ao seu desempenho acadêmico e ao compromisso de atuar na escola pública como contrapartida.

Ultrapassar essas dificuldades é, sem dúvida, uma tarefa urgente, sem a qual não será possível a implantação dos Parâmetros Curriculares. A formação dos professores para a Educação Básica, seja inicial ou continuada, é hoje o calcanhar de Aquiles da educação. Sem a solução deste problema, certamente todo projeto de uma escola pública de qualidade esboroará.

Paulo Ricardo da Silva Rosa
Departamento de Física – UFMS